



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Definição do objeto

Contratação de serviço de acesso à Internet - IP dedicado, para as unidades administrativas descentralizadas do TRE-SC, contemplando a instalação, configuração e manutenção dos enlaces.

2. Fundamentação da Contratação

A contratação visa garantir a alta disponibilidade de rede nas unidades do TRE-SC, viabilizando a utilização de serviços essenciais de TI, como reuniões virtuais e o monitoramento de IP, além de possibilitar acesso alternativo e confiável à internet.

3. Descrição da solução

Serviço de acesso à Internet - IP dedicado, para as unidades administrativas descentralizadas do TRE-SC, conforme requisitos mínimos elencados no subitem 4 deste documento.

3.1. Estudo Técnico Preliminar

Este documento foi elaborado considerando o Documento de Formalização da Demanda e os Estudos Técnicos Preliminares constantes no Processo Administrativo Eletrônico n. 7.378/2025.

3.2. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

- Internet dedicada;
- Internet dedicada simétrica;
- Link IP dedicado;
- Link dedicado para empresas;

As marcas de referência, códigos e modelos citados prestam-se tão somente a determinar os requisitos que devem estar presentes no objeto pretendido (servem, portanto, como parâmetro de aferição das especificações exigidas para os produtos solicitados, afastando-se eventuais dúvidas que possam ser suscitadas – destarte, serão aceitos pela Administração, sem restrições, produtos similares ao indicado, que detenham as especificações daqueles).

3.3. Códigos SIASG

26476 - Tráfego de dados via cabo / serviços de comunicação de dados.

4. Requisitos da contratação

Requisitos Gerais:

- 4.1. Fornecimento de serviço de acesso à internet para as Unidades do TRE-SC, do tipo IP dedicado, contemplando a instalação, configuração e manutenção dos enlaces internet;
- 4.2. Taxa de transferência simétrica de download e upload;
- 4.3. Para cada enlace, as taxas de transferência solicitadas estão descritas no Anexo II deste documento;
- 4.4. Latência máxima para o tempo de ida e volta do pacote de 60 (sessenta) milissegundos. Percentual máximo de perda de pacotes de 1%. Variação de atraso (jitter) máximo de até 30 (trinta) milissegundos;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

4.4.1. As medições previstas no subitem 4.4 devem considerar o segmento de rede compreendido entre o ponto de rede fornecido pela Contratada e o ponto de rede de determinada operadora conectada no ponto de presença PTT-SC;

Acesso:

4.5. A solução deverá ser entregue em funcionamento e apta a ser ativada na rede local (LAN) do Contratante através de interface ethernet BASE-T padrão RJ45, sem a disponibilização de funcionalidades de rede sem fio (Wi-Fi).

4.6. Deverão ser fornecidos para cada enlace 1 (um) endereço de IPv4 público e fixo, bem como faixa delegada de endereços IPv6 /56, ambos entregues via protocolo dhcp e com acessibilidade plena a todos os serviços da internet. Os endereços de rede serão configurados no equipamento roteador do TRE-SC;

4.7. Compete à Contratada realizar a passagem de cabeamento interno até o local designado pelo TRE-SC, devendo utilizar a infraestrutura de cabeamento disponível (calhas, dutos, eletrocalhas);

4.8. Os elementos ativos fornecidos pela Contratada, instalados fisicamente dentro das instalações do TRE-SC, não poderão ser compartilhados para a prestação de serviços a terceiros;

Endereços das Unidades do TRESC e velocidades solicitadas para cada enlace:

4.9. No Anexo II deste documento são listados os lotes previstos, os endereços das unidades administrativas do TRE-SC onde será necessário o fornecimento do serviço, bem como as velocidades para cada enlace;

Implantação da Rede:

4.10. Realizar a ativação inicial de todos os enlaces do lote em até 90 (noventa) dias, contados a partir da data de assinatura do contrato, mediante agendamento prévio junto à gestão contratual;

4.11. Atender solicitações de consulta de viabilidade técnica para mudança de endereço ou para nova instalação em até 10 (dez) dias, contados a partir da data da solicitação;

4.12. Atender solicitações de mudanças de endereço ou de novas instalações em até 30 (trinta) dias, contados a partir da data da solicitação (mudança de endereço), ou a partir da data de assinatura do termo aditivo (nova instalação);

Demais Requisitos:

4.13. Fornecer acesso a sistema de monitoramento, disponível em endereço eletrônico na internet, onde seja possível aferir a disponibilidade e demais informações de cada um dos enlaces que compõem o lote, para acompanhamento dos serviços prestados.

4.14. Sem restrição quanto ao volume de dados trafegado ou quantidade de computadores clientes;

4.15. Não deverá haver limitação quanto ao número de chamados abertos;

4.16. Deverão estar inclusos todos os equipamentos, cabos, conectores, conversores, adaptadores, modems e/ou outros itens de hardware e software, necessários para a completa conexão a um equipamento servidor/roteador, a ser fornecido pelo TRE-SC;

4.17. Caso seja necessária a substituição de equipamento da Contratada inoperante ou danificado, o tempo máximo para troca deverá considerar o regime NBD (próximo dia útil), a contar da data de abertura do chamado, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.18. Fornecer suporte em regime 24/7, além de ficar encarregada da manutenção do conjunto de ativos referentes ao link internet.

4.19. A Contratada deverá garantir o sigilo e a inviolabilidade dos dados trafegados em sua rede, conforme o que preconiza a Lei Geral de Proteção de Dados.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

5. Modelo de execução do objeto

5.1. Prazos

5.1.1 Realizar reunião de alinhamento em até 10 (dez) dias após o recebimento do contrato devidamente assinado pelo representante do TRE-SC, mediante agendamento junto à gestão contratual através do endereço de e-mail csit-sears@tre-sc.jus.br, ou fone (48) 3251-3700;

5.1.2 Apresentar plano de implantação dos serviços em até 20 (vinte) dias após o recebimento do contrato devidamente assinado pelo representante do TRE-SC, contemplando o planejamento das intervenções necessárias nas unidades, a previsão para o serviço de instalação e a identificação dos contatos técnicos locais;

5.1.3 Concluir a ativação de todos os enlaces do lote em até 90 (noventa) dias, contados a partir do recebimento do contrato devidamente assinado pelo representante do TRE-SC;

5.1.4 Atender solicitações de consulta de viabilidade técnica para mudança de endereço ou para nova instalação em até 10 (dez) dias, contados a partir da data da solicitação;

5.1.5 Atender solicitações de mudanças de endereço ou de novas instalações em até 30 (trinta) dias, contados a partir da data da solicitação (mudança de endereço), ou a partir da data de assinatura do termo aditivo (nova instalação);

5.1.5.1 Caso identificada inviabilidade técnica, a contratada deverá informar ao TRE-SC o motivo da inviabilidade, mediante comprovação fundamentada, em até 10 (dez) dias após a solicitação. Caso não o faça, considerar-se-á como viável a solicitação;

5.1.5.2 Solicitações com pendência de viabilidade técnica terão prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir da data da solicitação inicial - para serem atendidas através de projeto especial;

5.1.6 Fornecer, em até 60 (sessenta) dias após o recebimento do contrato devidamente assinado pelo representante do TRE-SC, acesso a sistema de monitoramento, disponível em endereço eletrônico na internet, onde seja possível aferir a disponibilidade e demais informações de cada um dos enlaces que compõem o lote, para acompanhamento dos serviços prestados.

5.2. Local de entrega ou prestação dos serviços

Os locais previstos para o início da prestação dos serviços estão previstos no **Anexo II** deste Termo de Referência.

5.3. Recebimento provisório e definitivo

O recebimento provisório das instalações será realizado considerando cada enlace, mediante informação da contratada sobre a conclusão da respectiva instalação. Será verificado se as especificações técnicas solicitadas foram implementadas, sendo emitido ao final o recebimento definitivo para o respectivo enlace.

De forma análoga, o recebimento provisório e definitivo de eventuais solicitações de mudança de endereço ficará condicionado à ativação do enlace no novo endereço, observando-se os requisitos técnicos necessários.

Em relação à prestação dos serviços mensais:

a) O recebimento provisório ocorrerá no 1º dia útil subsequente ao término do mês a que se refere a prestação dos serviços;

b) o recebimento definitivo dar-se-á em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela Contratada, hipótese em que o prazo terá seu início contado a partir do saneamento de todas as pendências.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

5.4. Pagamento

O pagamento referente às instalações iniciais será feito em etapas, considerando os percentuais de conclusão de ativação dos enlaces de 30%, 50% e 100%, por lote.

Quanto aos serviços mensais, o pagamento será devido a partir da data de início da prestação e será proporcional ao atendimento dos **Indicadores de Nível de Serviços (Anexo I)**, os quais definem objetivamente os níveis esperados de qualidade da prestação dos serviços e as respectivas adequações de pagamento.

Eventuais ocorrências de mudança de endereço serão pagas em favor da contratada após cumprimento das obrigações contratuais e apresentação de documento fiscal.

Ocorrerá a retenção ou glosa no pagamento devido à Contratada, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando esta não prestar os serviços esperados, ou não os prestar com a qualidade mínima exigida, conforme especificado neste documento.

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de 10 (dez) dias úteis após o recebimento definitivo do objeto.

5.5. Garantia do objeto

Não se aplica a esta contratação.

5.6. Vigência da contratação

Considerando a natureza contínua do objeto ora demandado, propõe-se que o contrato a ser celebrado tenha vigência inicial de **4 (quatro) anos**, a partir da data da assinatura, conforme autorizado pelo art. 106 da Lei n. 14.133/2021, prorrogável até o limite decenal, nos termos do art. 107 da referida Lei.

A adoção de vigência plurianual traz benefícios relevantes para a Administração, destacando-se:

- a) **Racionalização administrativa:** reduz a necessidade de formalização de aditivos contratuais de prorrogação em curtos intervalos, gerando economia de tempo e de recursos das áreas técnicas, jurídicas e de gestão de contratos;
- b) **Estabilidade na execução contratual:** evita a fragmentação da prestação dos serviços e contribui para a manutenção de rotinas operacionais já consolidadas, prevenindo discontinuidades decorrentes de processos licitatórios frequentes ou alterações contratuais recorrentes;
- c) **Eficiência no planejamento orçamentário e operacional:** facilita a previsão e o gerenciamento das despesas ao longo do ciclo de contratação e permite à Administração estruturar suas atividades com maior segurança e previsibilidade;
- d) **Potencial para obtenção de propostas economicamente mais vantajosas:** a vigência mais extensa tende a estimular ofertas comerciais mais competitivas, permitindo ao futuro contratado diluir custos de mobilização e estruturação do serviço ao longo do prazo contratual;
- e) **Redução de impactos decorrentes de transições contratuais frequentes,** como novas fases de implantação, adaptação de equipes, treinamentos e ajustes operacionais;
- f) **Alinhamento com os princípios da economicidade, eficiência e planejamento,** consagrados na Lei n. 14.133/2021, promovendo uma atuação administrativa mais racional e sustentável; e
- g) **Amortização de investimentos da contratada ao longo da sua execução,** em especial quanto aos custos iniciais associados à eventual necessidade de implantação de novo trecho de rede de fibra óptica.

Diante de tais elementos, entende-se que a adoção de vigência plurianual no presente caso atende ao interesse público e contribui para a adequada execução do objeto contratual, com ganhos de eficiência e economicidade para a Administração.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

5.7. Obrigações do Contratante

5.7.1 Efetuar o pagamento à contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos no Edital;

5.7.2 Promover a gestão do Contrato por meio da equipe designada no subitem 6.2 deste documento, em conformidade com o art. 117 da Lei n. 14.133/2021.

5.8. Obrigações da Contratada

5.8.1. executar o objeto nas condições estipuladas neste Termo de Referência e em sua proposta;

5.8.2. realizar reunião de alinhamento, conforme previsão no subitem 5.1.1 deste Termo de Referência;

5.8.3. apresentar plano de implantação dos serviços, conforme previsão no subitem 5.1.2 deste Termo de Referência;

5.8.4. concluir a ativação de todos os enlaces do lote, conforme estabelecido no subitem 5.1.3 deste Termo de Referência;

5.8.5. atender solicitações de consulta de viabilidade técnica, conforme estabelecido no subitem 5.1.4 deste Termo de Referência;

5.8.6. atender solicitações de mudança de endereço ou de novas instalações, conforme estabelecido no subitem 5.1.5 deste Termo de Referência;

5.8.7. fornecer todos os equipamentos, cabos, conectores, conversores, adaptadores, modems e outros itens de hardware e software, necessários para a completa conexão a um equipamento servidor, a ser fornecido pelo TRE-SC;

5.8.8. realizar a instalação dos enlaces no local designado pelo TRE-SC, devendo utilizar a infraestrutura de cabeamento disponível (calhas, dutos, eletrocalhas);

5.8.9. fornecer acesso a sistema de monitoramento, conforme estabelecido no subitem 5.1.6 deste Termo de Referência;

5.8.10. manter as taxas de perda de pacotes, latência e jitter dos enlaces conforme estabelecido no subitem 4.4 deste Termo de Referência;

5.8.11. não subcontratar, total ou parcialmente, o objeto do certame, sendo permitida a exploração industrial para o fornecimento do meio de transmissão entre o backbone da Contratada e as instalações do Contratante (última milha);

5.8.12. deverá possuir interligação direta, através de canais dedicados, ao ponto de troca de tráfego PTT-SC, devendo constar como participante no endereço eletrônico <<https://ix.br/particip/sc>>.

5.9. Transferência de conhecimento

Não se aplica a esta contratação.

5.10. Direitos autorais

Não se aplica a esta contratação.

5.11. Qualificação técnica ou formação dos profissionais envolvidos na execução

Não se aplica a esta contratação.

6. Modelo de gestão do contrato



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

6.1. Gestão do contrato

6.1.1. As atividades de gestão contratual compreendem:

- a) coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa;
- b) acompanhar os registros realizados pela fiscalização do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;
- c) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
- d) coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;
- e) coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente às unidades competentes, para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;
- f) elaborar o relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, com as informações obtidas durante a execução do contrato;
- g) coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio da fiscalização técnica e administrativa;
- h) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelas fiscalizações técnica e administrativa quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;
- i) realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais; e
- j) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

6.1.2. As atividades de fiscalização técnica do contrato compreendem:

- a) prestar apoio técnico e operacional à gestão do contrato com informações pertinentes às suas competências;
- b) anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- c) emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexistência ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;
- d) informar à gestão do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- e) comunicar imediatamente à gestão do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;
- f) fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar à gestão do contrato para ratificação;

g) comunicar à gestão do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

h) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com a fiscalização administrativa;

i) auxiliar a gestão do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e

j) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

6.1.3. As atividades de fiscalização administrativa do contrato compreendem:

a) prestar apoio técnico e operacional à gestão do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;

b) verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

c) examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias;

d) atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar à gestão do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

e) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com a fiscalização técnica;

f) auxiliar a gestão do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e

g) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

6.2. Gestão e fiscalização

	Titular ou substituto das unidades
Gestor da contratação	Seção de Administração de Redes e de Servidores
Fiscal técnico	Assistência I da Seção de Administração de Redes e de Servidores
Fiscais administrativos	Seção de Preparação de Pagamentos e Análise Tributária e Seção de Gerenciamento de Contratações

6.3. Instrumentos Formais

A contratação será formalizada por meio de instrumento de contrato.

Todas as solicitações e ocorrências de indisponibilidade deverão ser registradas em sistema próprio da Contratada.

Os enlaces também poderão ser monitorados através de sistema específico do TRE-SC.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Deverá ser fornecido pela Contratada acesso a sistema que possibilite aferição da disponibilidade dos enlaces com a função de verificar se os indicadores de Níveis de Serviços foram alcançados e aferir os resultados da execução contratual.

Eventuais solicitações de mudança de endereço poderão ser demandadas pelo Gestor do Contrato do TRE-SC, via e-mail, telefone, ou através de sistema específico fornecido pela Contratada.

6.4. Acompanhamento do Contrato

A gestão contratual fará acompanhamento contínuo na prestação dos serviços contratados, considerando o atendimento das obrigações da Contratada e dos indicadores de nível de serviço definidos pelo TRE-SC.

6.5. Alocação de riscos

Não se aplica a esta contratação.

7. Critérios de medição e de pagamento

Em caso de não atendimento do Acordo de Nível de Serviço - ANS, descrito no **Anexo I** deste Termo de Referência, a Contratada deverá descontar o valor proporcional na fatura respectiva.

8. Reajuste ou repactuação

Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados após 1 (um) ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, utilizando-se, para o cálculo, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado na ocasião, ou, na hipótese de extinção deste índice, utilizar-se-á o que venha a substituí-lo.

9. Forma e critérios de seleção do fornecedor

9.1. Parcelamento e adjudicação

O foco da contratação em questão é prover o enlace primário a ser utilizado nas conexões de rede entre as unidades descentralizadas e o TRE-SC, com requisitos técnicos superiores em relação ao serviço de internet - banda larga tradicionalmente ofertado. O objeto em questão tem ampla oferta de serviços no estado de Santa Catarina, especialmente aqueles oferecidos através da tecnologia de fibra óptica.

Dentre os requisitos levantados para a contratação, não foi identificada a necessidade de uso de tecnologias distintas de transmissão de dados tampouco níveis diferenciados de ANS em nenhum local previsto para a contratação, variando somente a velocidade solicitada para locais com maior e menor infraestrutura tecnológica associada. Outro aspecto considerado foi que a presente contratação visa prover às unidades administrativas do TRE-SC prestação adicional do serviço de internet, visando a obtenção de redundância e continuidade operacional.

Desta forma, visando fomentar a participação de um número maior de empresas no certame, o parcelamento do objeto é considerado viável para a contratação em tela, conforme a divisão em lotes estabelecida no **Anexo II** deste Termo de Referência.

9.2. Seleção do fornecedor

Será vedada a participação de pessoa física, conforme previsto no Item 3 do Estudo Técnico Preliminar.

Deverá possuir interligação direta, através de canais dedicados, ao ponto de troca de tráfego PTT-SC, devendo constar como participante no endereço eletrônico <<https://ix.br/particip/sc>>. Esta condição será verificada pelo pregoeiro na apresentação da proposta e deverá ser mantida durante toda a vigência contratual.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Deverá ser apresentada, em conjunto com a proposta, documentação que comprove capacidade técnica para fornecer o serviço no lote, ou regionalmente (ex. mapa técnico de rede, planta/diagrama da infraestrutura de rede, pontos de presença - POP no lote/região, contrato de compartilhamento de Infraestrutura junto à Celesc, capacidade de seus enlaces com a internet, ou similar).

9.2.1. Critérios de habilitação

9.2.1.1. Em relação à **Habilitação Jurídica**:

a) o licitante deverá apresentar outorga emitida pela Anatel para prestação de serviços SCM, dentro da região do Contratante ou em nível nacional;

a.1) caso se enquadre nos critérios previstos para dispensa de autorização da Anatel, deverá comprovar cadastro atualizado em sistema próprio da Anatel;

9.2.1.2. Em relação à **Qualificação Técnica**, considerando a natureza do objeto, deverá ser exigido:

a) apresentar atestado de capacidade técnica, emitido em favor do licitante (matriz ou filial), fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove prestação de serviços compatíveis com o objeto solicitado atendendo simultaneamente, no mínimo, 30% do quantitativo de municípios do lote, através de contrato firmado com uma única Empresa/Instituição;

9.2.1.3. Em relação à **Qualificação Econômico-Financeira**, deverá ser exigido:

a) balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;

b) certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

c) comprovação de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

9.2.2. Critérios de preferência e de desempate

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006.

9.2.3. Modalidade de licitação e critério de julgamento

O objeto pretendido é serviço comum, oferecido por diversos prestadores no mercado, apresentando características padronizadas e usuais, o que justifica, portanto, a utilização da modalidade “Pregão” e do critério de julgamento “Menor Preço”.

10. Estimativas do valor da contratação

Item	Descrição resumida	Quantidade	Valor unitário	Valor total
1	Instalação dos enlaces	83	R\$690,00	R\$57.270,00
2	Mudança de endereço	9*	R\$690,00	R\$6.210,00
3	Mensalidade 300Mbps	62	R\$1.200,00	R\$3.348.000,00**
4	Mensalidade 500Mbps	21	R\$1.800,00	R\$1.701.000,00**
VALOR ESTIMADO TOTAL				R\$5.112.480,00

* Estimativa de 9 (nove) mudanças de endereço ao longo da contratação (sendo 3 por lote).

** Estimativa de 45 (quarenta e cinco) meses de uso do serviço, considerando o prazo inicial de implantação.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

11. Alinhamento da contratação

11.1. Plano de Contratações Anual

Itens 11 e 12 do Anexo II do Plano Anual de Contratações de TRE-SC. Alinhamento estratégico IN08 e IN12.

11.2. Plano de Logística Sustentável

O objeto da contratação está alinhado com o Plano de Logística Sustentável do TRE-SC, não havendo qualquer conflito com o referido plano.

11.3. Outros instrumentos

Não se aplica a esta contratação.

12. Adequação orçamentária

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Valor
02.122.0033.20GP.0042 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa no Estado de SC	33.90.40	R\$57.270,00*
Total		R\$57.270,00*

*Previsão de valor a ser executado em 2025.

13. Descumprimento contratual e penalidades

13.1. Nos termos da Portaria P n. 39/2023, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao responsável, pelas infrações administrativas previstas no subitem 13.1, as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

13.2.1. A sanção de advertência consiste em comunicação formal ao fornecedor que deu causa à inexecução parcial do contrato, conforme previsto na alínea “a” do subitem 13.1.

13.2.1.1. A advertência retira do fornecedor a condição de infrator primário, de modo que, em caso de reincidência, sanção mais severa poderá lhe ser aplicada, devendo ser observado o disposto no subitem 13.3.

13.2.2. A sanção de multa tem natureza pecuniária e poderá ser moratória ou compensatória, observados os seguintes termos:

a) o atraso injustificado no cumprimento dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), acrescida de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, a partir do segundo dia de mora, sobre o valor mensal contratado, e sua aplicação não dispensa a contratada do cumprimento da obrigação inadimplida;

b) a inexecução parcial do objeto sem extinção contratual sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato;

c) inexecução parcial do objeto com extinção contratual sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o somatório dos valores mensais vencidos, a contar do mês do inadimplemento;

d) a inexecução total do objeto com extinção contratual sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato.

13.2.2.1. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções estabelecidas neste Termo de Referência.

13.2.2.2. Ultrapassados 30 (trinta) dias de mora, será avaliada a possibilidade de aplicação da conversão da multa de mora para a compensatória por inexecução contratual.

13.2.2.3. A multa poderá ser aplicada em dobro se o infrator for reincidente, ou seja, se tiver sido sancionado por este Tribunal após decisão transitada em julgado, observando-se o disposto no subitem 13.3.

13.2.2.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Termo de Referência.

13.2.2.5. A multa aplicada será:

a) retida cautelarmente dos pagamentos devidos pela Administração e recolhida em definitivo ao Erário, após o trânsito em julgado da decisão que a impôs;

b) descontada de eventuais faturas pendentes de pagamento;

c) paga pelo fornecedor por meio de GRU;

d) descontada do valor da garantia prestada; ou

e) cobrada judicialmente.

13.2.3. A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, “b” a “g”, pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo ou dar causa à inexecução total do contrato: Prazo - 6 (seis)



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

meses;

b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Prazo - 1 (um) mês;

c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Prazo - 1 (um) mês;

d) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Prazo - 2 (dois) meses;

e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Prazo - 2 (dois) meses.

13.2.4. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, "h" a "l", pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: Prazo - 3 (três) anos;

b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: Prazo - 4 (quatro) anos;

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Prazo - 4 (quatro) anos;

d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: Prazo - 5 (cinco) anos;

e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: Prazo - 6 (seis) anos.

13.2.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.2.6. As sanções previstas nos subitens 13.2.3 e 13.2.4 poderão ser majoradas em 10% (dez por cento) para cada agravante, até o limite legal, em razão de:

a) restar comprovado que o responsável pela infração administrativa tenha registro de penalidade aplicada no âmbito do TRE-SC, por prática de quaisquer das condutas tipificadas no presente Termo de Referência, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;

b) restar comprovado que o infrator tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

c) o licitante ou fornecedor participante da dispensa eletrônica não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo de contratação; ou

d) restar comprovado que o fornecedor tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

13.2.7. As penas previstas nas alíneas "b" a "e" do subitem 13.2.3 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, após a incidência das majorações previstas no subitem 13.2.6, quando não tenha havido nenhum dano à Administração, em decorrência de qualquer das seguintes atenuantes:

a) a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha escusável do fornecedor;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

b) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou

c) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento.

13.2.8. Quando a ação ou omissão do responsável pela infração administrativa ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

13.2.9. A aplicação das sanções previstas no subitem 13.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.2.10. É admitida a reabilitação do licitante ou do contratado sancionado, exigidos, cumulativamente:

a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) pagamento da multa;

c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste subitem.

13.2.10.1. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas "a" e "e" do subitem 13.2.4 exigirá, como condição de reabilitação do fornecedor sancionado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

13.3. Restará afastada a reincidência após transcorrido 1 (um) ano entre a data do trânsito em julgado da decisão que aplicou a anterior penalidade ao infrator e a data da nova infração.

13.4. O responsável pela infração será intimado para apresentação de defesa e especificação de provas que pretenda produzir, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento da intimação.

13.4.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, o infrator poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.4.2. Serão indeferidas pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

13.5. A sanção estabelecida no subitem 13.2.4 é de competência do Presidente do TRE-SC.

13.6. Da aplicação das sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.2 e 13.2.3 caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.6.1. O recurso de que trata o subitem 13.6 será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.7. Da aplicação da sanção prevista no subitem 13.2.4 caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo I – Acordo de Nível de Serviço - ANS

1. A Contratada deverá entregar disponibilidade mínima de **99,3%** para cada enlace do lote, a ser medida mensalmente, sem aplicação de qualquer restrição de trafegabilidade em função de características ou sentido de fluxo de dados, especialmente para o uso de redes virtuais privadas - VPNs;
2. Serão consideradas indisponibilidades na prestação do serviço:
 - 2.1. Interrupção no tráfego de pacotes;
 - 2.2. Perda de qualidade do enlace associada à alterações nos padrões de latência e perda de pacotes, inviabilizando o uso do serviço;
3. A contratada deverá calcular o total de desconto, a ser aplicado no valor mensal da fatura do respectivo lote, de acordo com o indicador de nível de serviço - disponibilidade, estabelecido no quadro abaixo:

Fórmula de cálculo	Ocorrências	Pontuação
<p>Número mensal de ocorrências de indisponibilidades, para cada enlace, considerando-se períodos de 30 minutos;</p> <p>Penlace1= Pontuação(Ocorrências)</p> <p>Deve ser somada a pontuação de todos os enlaces com indisponibilidade abaixo do acordado, no mesmo lote:</p> <p>Ptot = Penlace1 + Penlace2 + ...PenlaceN</p> <p>onde:</p> <p>Penlace1, Penlace2,... PenlaceN = pontuação parcial de cada enlace com indisponibilidade registrada abaixo do percentual mínimo solicitado, dentro do mesmo lote;</p> <p>Ptot = soma pontuação enlaces com indisponibilidades, dentro do mesmo lote.</p>	até 10,08 ocorrências (acima de 99,3%, abaixo 5,04hs indisponibilidade)	0
	acima 10,08 até 14,4 ocorrências (abaixo de 99,3 até 99%, acima 5,04hs até 7,2hs indisponibilidade)	90
	acima 14,4 até 21,6 ocorrências (abaixo 99 até 98,5%, acima 7,2hs até 10,8hs indisponibilidade)	180
	acima 21,6 até 28,8 ocorrências (abaixo 98,5 até 98%, acima 10,8 até 14,4hs indisponibilidade)	270
	acima 28,8 até 36 ocorrências (abaixo de 98 até 97,5%, acima 14,4 até 18hs indisponibilidade)	360
	acima de 36 ocorrências (abaixo 97,5%, acima de 18hs indisponibilidade)	450

4. A Contratada deverá considerar a proporção de 0,5% de desconto sobre o valor total do pagamento mensal do respectivo lote, a cada 10 pontos somados (**Ptot x 0,5% / 10 x valor_mensal_lote**), considerando todos os enlaces que apresentaram indisponibilidades, em determinado lote;
- 4.1. No caso da pontuação total superar 500 pontos, o excedente não será considerado, sendo considerado, portanto, o limite máximo de 500 pontos para o cálculo do abatimento a ser aplicado no respectivo lote, sem prejuízo das demais penalidades aplicáveis;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo II - Lotes, velocidades e endereço das Unidades Administrativas do TRE-SC

Lote	Perfil (velocidade)	Unidade Administrativa	Município	Endereço
1	300 Mbps	001ª(cartório)	Araranguá	Avenida Coronel João Fernandes, 1234, Urussanguinha, Araranguá - SC, CEP 88905-478, CEP: 88905-478
1	300 Mbps	002ª(cartório)	Biguaçu	R Hermógenes Prazeres, 277, Centro, Biguaçu - SC, CEP 88160-152, CEP: 88160-152
1	300 Mbps	004ª(cartório)	Bom Retiro	R Anita Garibaldi, 343, Loja 01, Térreo., Centro, Bom Retiro - SC, CEP 88680-000, CEP: 88680-000
1	500 Mbps	010ª(cartório)	Criciúma	Av Getúlio Vargas, 361, Centro, Criciúma - SC, CEP 88801-500, CEP: 88801-500
1	500 Mbps	012ª(cartório)	Florianópolis	Rua São Francisco 234, Centro, Florianópolis - SC, CEP 88015-203, CEP: 88015-203
1	300 Mbps	020ª(cartório)	Laguna	Rua Coronel Fernandes Martins, 470, Centro Executivo Mileniu, Progresso, Laguna - SC, CEP 88790-000, CEP: 88790-000
1	500 Mbps	021ª(cartório)	Lages	Avenida Belizário Ramos, 3.800, Bloco B, Centro, Lages - SC, CEP 88502-100, CEP: 88502-100
1	300 Mbps	023ª(cartório)	Orleans	Rua Antônio da Silva Cascaes, 140, Ed Teresa Cristina, Conde D'Eu, Orleans - SC, CEP 88870-000, CEP: 88870-000
1	500 Mbps	024ª(cartório)	Palhoça	R Najla Carone Guedert, N. 951, Parque Residencial Pagani, Passa Vinte, Palhoça - SC, CEP 88132-150, CEP: 88132-150
1	300 Mbps	028ª(cartório)	São Joaquim	Rua Boanerges Pereira de Medeiros, N.13, Centro, São Joaquim - SC, CEP 88600-000, CEP: 88600-000
1	500 Mbps	029ª(cartório)	São José	Av Acioni Souza Filho (beira-Mar de São José), Praia Comprida, São José - SC, CEP 88103-790, CEP: 88103-790
1	300 Mbps	031ª(cartório)	Tijucas	Rua Alexandre Ternes Neto, 144., Centro, Tijucas - SC, CEP 88200-000, CEP: 88200-000
1	500 Mbps	033ª(cartório)	Tubarão	Av Marcolino Martins Cabral, 1315, Praça Shopping, 2 Andar, Centro, Tubarão - SC, CEP 88701-105, CEP: 88701-105
1	300 Mbps	034ª(cartório)	Urussanga	Rua Vidal Ramos, N. 159, Ed. Belas Artes, Sala 1, Centro, Urussanga - SC, CEP 88840-000, CEP: 88840-000
1	300 Mbps	042ª(cartório)	Turvo	R. Afonso Colodel, 19, Sala 2. Ed América, Cidade Alta, Turvo - SC, CEP 88930-000, CEP: 88930-000
1	300 Mbps	044ª(cartório)	Braço Do Norte	Rua Bernardo Locks, N. 148, 2 Andar, Sala 208, Centro, Centro, Braço do Norte - SC, CEP 88750-000, CEP: 88750-000
1	300 Mbps	052ª(cartório)	Anita Garibaldi	Avenida Eduardo Salmoria 485, Centro, Anita Garibaldi - SC, CEP 88590-000, CEP: 88590-000
1	300 Mbps	053ª(cartório)	São João Batista	Rua Ex-Combatente Narciso Cim, 92 - Térreo, Centro, São João Batista - SC, CEP 88240-000, CEP: 88240-000
1	300 Mbps	054ª(cartório)	Sombrio	Rua Santo Antônio, N. 204, Centro, Sombrio - SC, CEP 88960-000, CEP: 88960-000
1	300 Mbps	062ª(cartório)	Imaruí	Rua Antônio Bittencourt Capanema S/n, Centro, Imaruí - SC, CEP 88770-000, CEP: 88770-000
1	300 Mbps	067ª(cartório)	Santo Amaro da Imperatriz	Rua Pedro Mansur Elias, 25 - Sala 01, Centro, Santo Amaro da Imperatriz - SC, CEP 88140-000, CEP: 88140-000
1	300 Mbps	073ª(cartório)	Imbituba	Rua Nereu Ramos, 346, Centro, Imbituba - SC, CEP 88780-000, CEP: 88780-000
1	300 Mbps	079ª(cartório)	Içara	R Vitória, 201 - Centro, Centro, Içara - SC, CEP 88820-000, CEP: 88820-000
1	500 Mbps	084ª(cartório)	São José	Rua Jaime de Arruda Ramos, 26, lojas comerciais n. 6, 7 e 8,



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

				Ed. Kobrasol Center, Campinas, São José/SC
1	500 Mbps	109ª(anexo-ejesc)	Florianópolis	Rua São Francisco 234, Centro, Florianópolis - SC, CEP 88015-203, CEP: 88015-203
1	500 Mbps	110ª(anexo-dep.urnas)	Biguaçu	Rodovia SC-407, Km 2, n. 2800, Galpão 5, Bairro Beira Rio, Biguaçu/SC.
1	500 Mbps	111ª(anexo-2)	Florianópolis	R. Esteves Júnior, N. 157, Centro, 88015-130
1	500 Mbps	112ª(anexo-dep.multiuso)	São José	Rua Senador Carlos Gomes de Oliveira, 863, Unidade 45 (Galpão), Distrito Industrial, São José/SC
1	300 Mbps	115ª(homologação)	Florianópolis	R. Esteves Júnior, N. 68, Centro, 88015-130
2	500 Mbps	005ª(cartório)	Brusque	Rua João Bauer, 434, salas 201, 202, 203 e 204, Centro, Brusque/ SC, CEP 88351-075
2	300 Mbps	008ª(cartório)	Canoinhas	Rua Duque de Caxias, 80, Fórum, Centro, Canoinhas - SC, CEP 89460-102, CEP: 89460-102
2	300 Mbps	014ª(cartório)	Ibirama	Rua Doutor Getúlio Vargas, 560 - Sala Térrea, Centro, Ibirama - SC, CEP 89140-000, CEP: 89140-000
2	300 Mbps	015ª(cartório)	Indaial	Rua Marechal Floriano Peixoto, 35, Edifício Menke, Loja 10, Centro, Indaial - SC, CEP 89080-063, CEP: 89080-063
2	500 Mbps	016ª(cartório)	Itajaí	Avenida José Eugênio Muller, 406, Centro, Itajaí - SC, CEP 88303-170, CEP: 88303-170
2	500 Mbps	017ª(cartório)	Jaraguá do Sul	Rua Ângelo Schiochet, N. 90, Centro, Jaraguá do Sul - SC, CEP 89251-520, CEP: 89251-520
2	500 Mbps	019ª(cartório)	Joinville	R Jaguaruna, 38, Centro, Joinville - SC, CEP 89201-450, CEP: 89201-450
2	300 Mbps	022ª(cartório)	Mafra	Avenida Coronel José Severiano Maia, 548, Nossa Senhora Aparecida, Mafra - SC, CEP 89300-333, CEP: 89300-333
2	300 Mbps	025ª(cartório)	Porto União	R Matos Costa, 344, Centro, Porto União - SC, CEP 89400-000, CEP: 89400-000
2	500 Mbps	026ª(cartório)	Rio Do Sul	R Júlio Roussenq Filho 265, Jardim América, Rio do Sul - SC, CEP 89160-196, CEP: 89160-196
2	300 Mbps	027ª(cartório)	São Francisco do Sul	R Barão do Rio Branco, 377, Sl. 300, Centro, São Francisco do Sul - SC, CEP 89240-000, CEP: 89240-000
2	300 Mbps	030ª(cartório)	São Bento do Sul	Rua Henrique Schwarz, N. 554, Sl.04, Centro, São Bento do Sul - SC, CEP 89280-115, CEP: 89280-115
2	300 Mbps	032ª(cartório)	Timbó	Travessa Heinrich Eilers, 172, Centro, Centro, Timbó - SC, CEP 89120-000, CEP: 89120-000
2	300 Mbps	038ª(cartório)	Itaiópolis	Rua Carril Pflanzler, N. 69, Centro, Centro, Itaiópolis - SC, CEP 89340-000, CEP: 89340-000
2	300 Mbps	039ª(cartório)	Ituporanga	Rua João Steffens, 425, Seminário, Ituporanga - SC, CEP 88400-000, CEP: 88400-000
2	300 Mbps	046ª(cartório)	Taió	Rua Padre Eduardo, 600, Padre Eduardo, Taió - SC, CEP 89190-000, CEP: 89190-000
2	300 Mbps	055ª(cartório)	Pomerode	R. XV de Novembro, N. 700, Fórum Estadual, Centro, Pomerode - SC, CEP 89107-000, CEP: 89107-000
2	500 Mbps	056ª(cartório)	Balneário Camboriú	Rua 2850, N. 470, Ed. San Salvatore, Centro, Balneário Camboriú - SC, CEP 88330-363, CEP: 88330-363
2	300 Mbps	057ª(cartório)	Trombudo Central	R Getúlio Vargas, 411, Cidade Alta, Trombudo Central - SC, CEP 89176-000, CEP: 89176-000
2	300 Mbps	060ª(cartório)	Guaramirim	Rua 28 de Agosto, N. 420, Sala 1, Nova Esperança, Guaramirim - SC, CEP 89270-000, CEP: 89270-000
2	300 Mbps	064ª(cartório)	Gaspar	Rua Jackceia de Andrade, N. 66, Sete de Setembro, Gaspar - SC, CEP 89114-820, CEP: 89114-820
2	300 Mbps	068ª(cartório)	Balneário Piçarras	Av Getúlio Vargas, 123, Centro, Balneário Piçarras - SC, CEP 88380-000, CEP: 88380-000
2	300 Mbps	074ª(cartório)	Rio Negrinho	R Prefeito Hugo Fischer, 242, Térreo, Bela Vista, Rio Negrinho -



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

				SC, CEP 89297-512, CEP: 89297-512
2	300 Mbps	081ª(cartório)	Papanduva	Rua Nereu Ramos, 2983, Sala 10, Centro, Papanduva - SC, CEP 89370-000, CEP: 89370-000
2	500 Mbps	088ª(cartório)	Blumenau	Praça Victor Konder, N. 60, Centro, Centro, Blumenau - SC, CEP 89010-150, CEP: 89010-150
2	300 Mbps	091ª(cartório)	Itapema	Avenida Nereu Ramos, N. 1180, Centro, Itapema - SC, CEP 88220-000, CEP: 88220-000
2	300 Mbps	106ª(cartório)	Navegantes	R. Anibal Gaya, N. 525, Centro, Navegantes - SC, CEP 88370-474, CEP: 88370-474
3	300 Mbps	006ª(cartório)	Caçador	R Victor Baptista Adami, 919, Sala 01, Centro, Caçador - SC, CEP 89500-196, CEP: 89500-196
3	300 Mbps	007ª(cartório)	Campos Novos	Rua Marechal Floriano, 234 - Sala 2, Centro, Campos Novos - SC, CEP 89620-000, CEP: 89620-000
3	500 Mbps	009ª(cartório)	Concórdia	R Ângelo Ari Biezu, N. 69, Térreo, Centro, Concórdia - SC, CEP 89700-194, CEP: 89700-194
3	300 Mbps	011ª(cartório)	Curitibanos	Avenida Advogado Sebastião Calomeno, 140, Sao Francisco, Curitibanos - SC, CEP 89520-000, CEP: 89520-000
3	500 Mbps	018ª(cartório)	Joaçaba	Rua Felipe Schmidt, 57, Centro, Joaçaba - SC, CEP 89600-000, CEP: 89600-000
3	500 Mbps	035ª(cartório)	Chapecó	Av. Nereu Ramos, N. 1841-e, Centro, Chapecó - SC, CEP 89805-018, CEP: 89805-018
3	300 Mbps	036ª(cartório)	Videira	Rua Saul Brandalise, N.1531, Edifício San Francisco, Sala 03, Santa Tereza, Videira - SC, CEP 89560-290, CEP: 89560-290
3	300 Mbps	037ª(cartório)	Capinzal	Rua Narciso Barison, 171, Centro, Capinzal - SC, CEP 89665-000, CEP: 89665-000
3	300 Mbps	041ª(cartório)	Palmitos	Rua Visconde do Rio Branco, 932, Sala 2, Centro, Palmitos - SC, CEP 89887-000, CEP: 89887-000
3	300 Mbps	043ª(cartório)	Xanxerê	Travessa Ernesto Carmelli, 55, Sala 1, Centro, Xanxerê - SC, CEP 89820-000, CEP: 89820-000
3	300 Mbps	045ª(cartório)	São Miguel do Oeste	Rua Marquês do Herval, N. 977, Sala 6, Ed. Leolino Baldisser, Centro, São Miguel do Oeste - SC, CEP 89900-000, CEP: 89900-000
3	300 Mbps	047ª(cartório)	Tangará	Rua Ademar de Barros, N. 230, Térreo, Centro, Centro, Tangará - SC, CEP 89642-000, CEP: 89642-000
3	300 Mbps	048ª(cartório)	Xaxim	Rua Rio Grande, N. 653, Centro, Xaxim - SC, CEP 89825-000, CEP: 89825-000
3	300 Mbps	049ª(cartório)	São Lourenço do Oeste	Travessa São Pedro, 1085, Subsolo Galeria Bela Vista, Centro, São Lourenço do Oeste - SC, CEP 89990-000, CEP: 89990-000
3	300 Mbps	050ª(cartório)	Dionísio Cerqueira	Av Santa Catarina, 218, Centro, Dionísio Cerqueira - SC, CEP 89950-000, CEP: 89950-000
3	300 Mbps	051ª(cartório)	Santa Cecília	Av XV de Novembro S/n Esq. Rua Antônio Carlos de Medeiros 5, Centro, Santa Cecília - SC, CEP 89540-000, CEP: 89540-000
3	300 Mbps	058ª(cartório)	Maravilha	Avenida Sul Brasil, N. 448, Sala 02, Centro, Maravilha - SC, CEP 89874-000
3	300 Mbps	061ª(cartório)	Seara	Av. Anita Garibaldi, 493, sala 101. Edifício Aurélio Nardi, Centro, CEP 89.770-000, Seara / SC
3	300 Mbps	063ª(cartório)	Ponte Serrada	Av. XV de Novembro, N. 86, Sala 2, Edifício Marafon, Centro, Ponte Serrada - SC, CEP 89683-000, CEP: 89683-000
3	300 Mbps	065ª(cartório)	Itapiranga	Rua São Bonifácio, 280, Térreo, Ed. Peperi, Centro, Itapiranga - SC, CEP 89896-000, CEP: 89896-000
3	300 Mbps	066ª(cartório)	Pinhalzinho	Avenida Capitão Anízio, 1.037, Centro, Pinhalzinho - SC, CEP 89870-000, CEP: 89870-000
3	300 Mbps	069ª(cartório)	Campo Erê	Rua Osvaldo Dário D'Igna, N. 794, Sala 2,, Centro, Campo Erê - SC, CEP 89980-000, CEP: 89980-000



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

3	300 Mbps	070ª(cartório)	São Carlos	Rua Demétrio Lorenz, 246, Edifício Galli li, Sala 01, Centro, São Carlos - SC, CEP 89885-000, CEP: 89885-000
3	300 Mbps	071ª(cartório)	Abelardo Luz	Avenida Pe. João Smedt, 1274, Centro, Abelardo Luz - SC, CEP 89830-000, CEP: 89830-000
3	300 Mbps	077ª(cartório)	Fraiburgo	Rua Albano Burguer, 45, Sala 03, São José, Fraiburgo - SC, CEP 89580-000, CEP: 89580-000
3	300 Mbps	078ª(cartório)	Quilombo	Av Coronel Ernesto Bertaso 464 - Ed.alameda Jardins - SI - S, Centro, Quilombo - SC, CEP 89850-000, CEP: 89850-000
3	300 Mbps	083ª(cartório)	Modelo	Rua Xv de Novembro, 476, Centro, Modelo - SC, CEP 89872-000, CEP: 89872-000



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo III - Planilha de Custos para a Contratação

Lote:	
--------------	--

1.1 Instalação	Quantidade	Custo unitário	Custo total (=custo unitário x qtd enlases lote)
Instalação do enlace	Execução única, para cada enlace do lote, no início do contrato	R\$:_____	R\$:_____
1.1 Total instalação dos enlases no lote (=soma custos totais das instalações):			

1.2 Mensalidade	Quantidade de enlaces por lote	Custo mensal unitário	Custo total (=custo mensal unitário x qtd enlaces por perfil do lote x 45 meses)
Perfil 300Mbps	Conforme Anexo II deste Termo de Referência	R\$: _____	R\$: _____
Perfil 500Mbps		R\$: _____	R\$: _____
1.2 Total mensalidades dos enlace no lote (=soma custos totais das mensalidades, por perfil):			R\$: _____

1.3 Mudança de endereço	Quantidade (estimada)	Custo unitário	Custo total (=custo unitário x 3 (quantidade estimada))
Mudança de endereço	Estima-se ocorrer 3 (três) mudanças de endereço por lote durante o período de vigência contratual	R\$: _____	R\$: _____
1.3 Total mudanças de endereço no lote (=custos totais de eventuais mudanças de endereço):			



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.4 Total geral (soma de 1.1 + 1.2 + 1.3):	R\$: _____
--	-------------------

Será declarado vencedor o licitante que, atendendo todas as especificações descritas acima, obtiver o menor preço para o **Total geral** da planilha de preços (**item 1.4**). O cálculo se dará da seguinte forma: Total Geral = 1.1 (Total-instalações) + 1.2 (Total-mensalidades) + 1.3 Total-mudanças-endereço)